

À Administradora da Insolvência, foram remetidos os respectivos anúncios para publicação. A decisão de encerramento do processo foi determinada por despacho proferido em 13-09-2010.

Efeitos do encerramento: insuficiência de bens apreendidos para satisfazer o pagamento das custas do processo e demais dívidas da massa insolvente.

13-09-2010. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Ascensão Marques*. — O Oficial de Justiça, *António Edral*.

303893139

5.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE COIMBRA

Anúncio n.º 10858/2010

Prestação de contas administrador (CIRE)

Processo: 843/10.7TJCBR-F

Insolvente: Vítor Manuel Lopes da Silva Paranhos
Administrador Insolvência: Dr.ª Paula Peres

A Dr.ª Maria Alexandra Silva, Juiz de Direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e o insolvente Vítor Manuel Lopes da Silva Paranhos, estado civil: Divorciado, nascido em 30-04-1957, concelho de Porto, freguesia de Massarelos [Porto], nacional de Portugal, NIF — 171291662, BI — 3445404, Endereço: Urbanização Casal das Nogueiras, Lote 12 — 2.º Esq., 3030-379 Coimbra, notificados para, no prazo de 5 dias, decorridos que sejam dez dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo administrador da insolvência (artigo 64.º n.º 1 do CIRE).

O prazo é contínuo, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

22-10-2010. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Maria Alexandra Silva*. — O Oficial de Justiça, *Eugénio Silva*.

303865534

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE ELVAS

Anúncio n.º 10859/2010

Processo 793/09.0TBELV

Insolvência pessoa singular (requerida)

Requerente: Tagusgas-Empresa de Gas do Vale do Tejo, S. A.
Insolvente: Juan Fouto Carvajal

Convocatória de Assembleia de Credores nos autos de Insolvência acima identificados em que são:

Insolvente: Juan Fouto Carvajal, Casado, NIF — 163817294, Endereço: Calle Mateo Guillen N.º 2 2.º 2v, Mérida, — Espanha.

Administradora da Insolvência: Dra. Paula Carvalho Ferreira, Sócia da Sociedade “Paula Carvalho Ferreira — SAI, Unipessoal, L.ª”, Endereço: Rua Seabra de Castro, S. Gabriel Center 1.º J, Apartado 136, 3781-909 Anadia.

Ficam notificados todos os interessados, de que no processo supra identificado, foi designado o dia 16-12-2010, pelas 14:30 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação de relatório.

Os credores podem fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

Ficam advertidos os titulares de créditos que os não tenham reclamado, e se ainda estiver em curso o prazo fixado na sentença para reclamação, de que o podem fazer, sendo que, para efeito de participação na reunião, a reclamação pode ser feita na própria assembleia (alínea c n.º 4 do Artigo 75.º do CIRE).

Ao Administrador da Insolvência, foram remetidos os respectivos anúncios para publicação.

8-10-2010. — A Juíza de Direito, *Helena Isabel Correia Candeias*. — A Oficial de Justiça, *Maria Anunciação Castanheira*.

303871341

2.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE GONDOMAR

Anúncio n.º 10860/2010

Processo n.º 1112/10.8TBMAI — Insolvência pessoa singular (Apresentação)

Insolvente: Fernanda Maria Carvalho Pereira Xavier Medeiros
Credor: António Teixeira Lopes & Filhos, L.ª e outro(s).

Despacho Inicial Incidente de Exoneração Passivo Restante e Nomeação de Fiduciário nos autos de Insolvência acima identificados em que são:

Insolvente: Fernanda Maria Carvalho Pereira Xavier Medeiros, estado civil: Desconhecido (regime: Desconhecido), nascido(a) em 30-06-1951, concelho de Sesimbra, freguesia de Santiago [Sesimbra], nacional de Portugal, NIF 137945353, BI 52292286, Endereço: Rua D. Afonso Henriques n.º 1194, 1.º Dtº. — Rio Tinto, 4435-000 Rio Tinto-Gondomar

Ficam notificados todos os interessados, de que no processo supra identificado, foi proferido em 19-10-2010 despacho inicial no incidente de exoneração do passivo restante.

Para exercer as funções de fiduciário foi nomeado:

Dr(a). Nídia Sousa Lamas, Endereço: Rua S. Nicolau, 33-5.º A F, 4520-248 Santa Maria da Feira

Durante o período de cessão, o devedor fica obrigado (5 anos subsequentes ao encerramento do processo de insolvência), o devedor fica obrigado a:

O rendimento disponível que a Insolvente venha a auferir, calculado nos termos do artigo 239.º, n.º 3, do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas e ressaltado o recebimento pela mesma de um valor equivalente ao salário mínimo nacional e meio, seja cedido ao fiduciário supra indicado;

Não ocultar ou dissimular quaisquer rendimentos que aufera, por qualquer título, e a informar o tribunal e o fiduciário sobre os seus rendimentos e património na forma e no prazo em que isso lhe seja requisitado;

Exercer uma profissão remunerada, não a abandonando sem motivo legítimo, e a procurar diligentemente tal profissão quando desempregado, não recusando desrazoavelmente algum emprego para que seja apto;

Entregar imediatamente ao fiduciário, quando por si recebida, a parte dos seus rendimentos objecto de cessão;

Informar o tribunal e o fiduciário de qualquer mudança de domicílio ou de condições de emprego, no prazo de 10 dias após a respectiva ocorrência, bem como, quando solicitado e dentro de igual prazo, sobre as diligências realizadas para a obtenção de emprego;

Não fazer quaisquer pagamentos aos credores da insolvência a não ser através do fiduciário e a não criar qualquer vantagem especial para algum desses credores.

19-10-2010. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Sandra Santos Rocha*. — O Oficial de Justiça, *José Valente*.

303860155

4.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE GUIMARÃES

Anúncio n.º 10861/2010

Processo n.º 359/10.1TBGMR — Insolvência pessoa singular (Apresentação)

Insolvente: Maria José Rodrigues Gomes
Credor: Banco Comercial Português, S. A. e outro(s).

Despacho Inicial Incidente de Exoneração Passivo Restante e Nomeação de Fiduciário nos autos de Insolvência acima identificados em que são:

Insolvente: Maria José Rodrigues Gomes, divorciada, nascido em 11-03-1958, NIF 124018688, BI 6821041, Endereço: Travessa Carreira de Cima, n.º 64, Corvite, 4805-000 Guimarães. Administrador de Insolvência: Napoleão de Oliveira Duarte, NIF: Endereço: Rua da Agra, 20, Sala 33, 4150-025 Porto.

Ficam notificados todos os interessados, de que no processo supra identificado, foi proferido despacho inicial no incidente de exoneração do passivo restante. Para exercer as funções de fiduciário foi nomeado: Fiduciário: Napoleão de Oliveira Duarte, NIF: Endereço: Rua da Agra, 20, Sala 33, 4150-025 Porto.

Durante o período de cessão, o devedor fica obrigado (5 anos subsequentes ao encerramento do processo de insolvência), o devedor fica obrigado a: Não ocultar ou dissimular quaisquer rendimentos que aufera, por qualquer título, e a informar o tribunal e o fiduciário sobre os seus rendimentos e património na forma e no prazo em que isso lhe

seja requisitado; Exercer uma profissão remunerada, não a abandonando sem motivo legítimo, e a procurar diligentemente tal profissão quando desempregado, não recusando desrazoavelmente algum emprego para que seja apto; Entregar imediatamente ao fiduciário, quando por si recebida, a parte dos seus rendimentos objecto de cessão; Informar o tribunal e o fiduciário de qualquer mudança de domicílio ou de condições de emprego, no prazo de 10 dias após a respectiva ocorrência, bem como, quando solicitado e dentro de igual prazo, sobre as diligências realizadas para a obtenção de emprego; Não fazer quaisquer pagamentos aos credores da insolvência a não ser através do fiduciário e a não criar qualquer vantagem especial para algum desses credores.

27-10-2010. — A Juíza de Direito, Dr.ª *Diana Josefina Pereira Simões Mouta Faria*. — O Oficial de Justiça, *Rui Fernandes*.

303865267

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE LAGOS

Anúncio n.º 10862/2010

Processo 1416/09.2TBLGS, insolvência pessoa colectiva (requerida)

N/Ref.ª 1976706 de 20-10-2010

Requerente: Solmate — Comércio de Materiais de Construção Sa
Insolvente: Construzone — Construções, L.ª

No dia 18-10-2010, às 18.55 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor: Impercol- Construções e Obras Publicas L.ª, pessoa colectiva n.º 501873627, com sede na Urbanização Marina Sol, 20 Cave F, em Lagos.

São administradores do devedor: João Pedro Neto Viegas das Candeias, com residência na Travessa 6 de Outubro, N.º 3, 8600 Lagos e Nuno Miguel Neto Viegas das Candeias, com residência na Rua Marcelo Furtado, N.º 16 -Cave — Bairro da Abrotea, 8600 Lagos, a quem é fixado domicílio nas moradas indicadas.

Para Administrador da Insolvência é nomeado Luís Manuel Iglésias Fortes Rodrigues, com domicílio profissional na Rua Dr. Emiliano da Costa, N.º 89-A, Faro, 8000-329 Faro.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea i) do artigo 36.º-CIRE].

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda: o prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do Artigo 128.º do CIRE). Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE): A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros; As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável; A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantantes; A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 20-12-2010, pelas 10:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do Artigo 72.º do CIRE). Advertem-se os titulares de créditos que os não tenham reclamado, da necessidade de o fazerem, se ainda estiver em curso o prazo fixado na sentença para as reclamações de créditos, informando-se de que a reclamação para efeito de participação na reunião pode ser feita na própria assembleia, se também na data desta tal prazo não estiver já esgotado (alínea c) do art.º 75.º do CIRE). Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no

prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE). Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

Pode ser aprovado Plano de Insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º do CIRE).

Podem apresentar proposta de Plano de Insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do Sr. Juiz (artigo 193.º do CIRE).

20-10-2010. — O Juiz de Direito, Dr.ª *Maria João Abreu Seródio*. — O Oficial de Justiça, *Manuela Machado*.

303887697

2.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE LEIRIA

Anúncio n.º 10863/2010

Insolvência pessoa singular (Apresentação) Processo: 4971/10.0TBLRA

N/Referência: 5615125

No Tribunal Judicial de Leiria, 2.º Juízo Cível de Leiria, no dia 13-10-2010, às 20h:55 m, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es): Marco Paulo Justino Ferreira, Técnico (Administração Pública), nascido(a) em 09-02-1969, freguesia de Alcobaça [Alcobaça], nacional de Portugal, NIF — 121792331, BI — 8416808, Endereço: Rua José Alves Correia, Lote 22 — B, 3.º Dtº, 2410-117 Leiria, com domicílio na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio. Carlos Henrique Martins Maia Pinto, NIF 147321603, Endereço: Rua Nova da Escola, n.º 135, 3.º A, 2415-499 Leiria.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea i do artigo 36.º-CIRE)

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do Artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.